

PUBLICIDADE LEGAL

MUNICÍPIO DE UNISTALDA
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Proc. 12/2025 - Dispensa de Licitação 003/2025: Contratação de serviços terceirizados para limpeza, desinfecção, tratamento e monitoramento permanente das estações de captação de água para consumo humano neste município, em conformidade com a legislação vigente, especialmente a portaria do Ministério da Saúde nº 888 de 04/05/2021, e a nota técnica 02/2018 – VIGIAGUA. Contratada: LICIS Super Água Ltda, CNPJ: 04.857.522/0001-65, localizada à Linha Cristal, s/n, Interior, Município de Selbach, RS. Valor Total Contratado: R\$ 66.000,00. Vigência: conforme termo de contrato. Informações: licitacao@unistalda.rs.gov.br ou (55) 99613-2414. Unistalda, RS, 26/03/2025. José Gilnei Manara Manzoni, Prefeito.

V.TAL - Rede Neutra de Telecomunicações S.A.
CNPJ: 02.041.460/0001-93
Aviso de Licença
A V.TAL - Rede Neutra de Telecomunicações S.A., CNPJ: 02.041.460/0001-93, torna público que requereu ao IBAMA, na data de 12 de março de 2025, a Licença de Instalação-LI, para implementação de cabo submarino de fibra óptica "MalbecS3- Branch Porto Alegre" que irá conectar a Branch Unit (BU) já instalada nas coordenadas 31° 51,68035 48°02,90380 até a região de Tramandai/Balneário Pinhal no estado do Rio Grande do Sul (RS) - Processo nº: 020001.024110/2024-68.
26/03/2025. Bruno Giovenazzi - Representante Legal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLORADO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2025. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar. Abertura dos envelopes dia **04/04/2025**, às 09 horas. O Edital e as informações encontram-se disponíveis junto ao Departamento de Compras e Licitações, sito na Avenida Boa Esperança 692, na nossa página da internet: <http://colorado.rs.gov.br> e Diário Oficial do Município. Colorado/RS, 26/03/2025. Rosa Maria Monegat – Pregoeira; Rodrigo Sartori – Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE ITATIBA DO SUL
EXTRATO DE ANULAÇÃO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 001/2025
O Prefeito de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, torna público aos interessados que o edital de licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL (do tipo menor preço global) nº 001/2025, para a execução da obra de construção do CRAS, foi Anulado. Maiores informações e cópia do edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal de Itatiba do Sul no horário de expediente ou pelo telefone (54) 35281170.
Itatiba do Sul/RS, 25 de março de 2025.
Valdemar Cibulski
Prefeito Municipal.

MUNICÍPIO DE ERVAL GRANDE
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 001/2025
O Município de ERVAL GRANDE/RS torna público a realização da seguinte licitação: Contratação de empresa especializada para construção da Unidade Básica de Saúde – conforme proposta nº 36000009816/2023 e Programa3600020230050 - Novo PAC. O recebimento das propostas iniciará 28/03/2025 e a sessão de lances será no dia 11 de abril de 2025, às 08h30min. Editais disponíveis no site do Município <https://www.ervalgrande.rs.gov.br/pg.php?area=LICITACOES> ou em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações pelo telefone (54) 3375 1114 / (54) 3375 1331, e-mail: adm.ervalgrande@gmail.com.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025 - AVISO DE EDITAL RETIFICADO
O Município de ERVAL GRANDE/RS torna público que retifica a seguinte licitação: para Aquisição de material e mão de obra para substituição das lâmpadas de iluminação pública. A sessão de lances será no dia 09 de abril de 2025, às 08h30min. Editais disponíveis no site do Município <https://www.ervalgrande.rs.gov.br/pg.php?area=LICITACOES> ou em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações pelo telefone (54) 3375 1114 / (54) 3375 1331, e-mail: adm.ervalgrande@gmail.com.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 - AVISO DE EDITAL RETIFICADO
O Município de ERVAL GRANDE/RS torna público que retifica a seguinte licitação: Prestação de serviços de mão de obra para substituição das lâmpadas de iluminação pública. A sessão de lances será no dia 09 de abril de 2025, às 09h30min. Editais disponíveis no site do Município <https://www.ervalgrande.rs.gov.br/pg.php?area=LICITACOES> ou em <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Informações pelo telefone (54) 3375 1114 / (54) 3375 1331, e-mail: adm.ervalgrande@gmail.com.
ERVAL GRANDE (RS), 25 de março de 2025. **SUZINEI SCHNEIDER**, Prefeito

Prefeitura Municipal de Nova Pádua
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2025
Objeto: Registro de preços p/ eventual aquisição de material hospitalar e odontológico. Propostas: Das 16h de 26/03/2025 até às 9h de 15/04/2025. Abertura: 15/04/2025 às 9h. Disputa de preços: 16/04/2025 às 9h, no www.pregaobanrisul.com.br. Edital: www.novapadua.rs.gov.br, www.pregaobanrisul.com.br e www.pncp.gov.br. Nova Pádua - RS, 26 de março de 2025.
Itamar Bernardi – Prefeito Municipal.

TERACOM TELEMÁTICA S.A.
CNPJ/MF Nº 02.820.966/0001-09
NIRE Nº 43 3 0005711 9 - Capital Fechado
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Convidamos os Senhores Acionistas da Teracom Telemática S.A. para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 07 de abril de 2025, às 15:00 horas, de forma virtual e na sede da Companhia, na Rua América, nº 1000, Eldorado do Sul, RS para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:** 1) Aprovação das contas do exercício de 2024; 2) Destinação dos resultados do exercício de 2024; 3) Aprovação do orçamento de 2025; 4) Ratificar a escolha da empresa de auditoria para os trabalhos de auditoria do ano de 2024. Aos acionistas que desejarem participar de forma virtual, a assembleia geral ordinária será realizada em videoconferência por meio do sistema eletrônico "Microsoft Teams", conforme e-mail de convocação já enviado com link da vídeo conferência. Os Acionistas poderão participar e votar na assembleia digital por meio do sistema eletrônico. Os documentos objeto das deliberações da Assembleia Geral Ordinária ora convocada encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. Eldorado do Sul, 26 de março de 2025. **Claudia Gebinski - Conselheira**



INSTITUTO GERDAU CNPJ Nº 07.522.577/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos Administradores e Conselheiros do Instituto Gerdau:
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório das Atividades desenvolvidas no Instituto Gerdau durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Instituto Gerdau, com sede em Sapucaia do Sul (RS), foi constituído em março de 2005, com a missão de promover ações sociais que contribuam para o desenvolvimento das comunidades, cadeia de negócio e sociedades onde a empresa está presente. Foram realizados patrocínios e doações a entidades que atuam na área de empreendedorismo, educação, habitação e reciclagem, conforme estratégia do Instituto Gerdau, buscando contribuir para o desenvolvimento social. Adicionalmente a estas ações, foram realizados patrocínios e doações a entidades que atuam no Estado do Rio Grande do Sul, considerando o cenário excepcional das fortes chuvas que impactaram o Estado no ano.
Sapucaia do Sul, 25 de março de 2025.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
ATIVO CIRCULANTE				PASSIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa.....	3	19	2	Impostos e contribuições sociais a recolher.....		8	-
		19	2			8	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5		
Aplicações financeiras.....	4	10.148	10.078	Patrimônio social.....		10.159	10.080
		10.148	10.078			10.159	10.080
TOTAL DO ATIVO		10.167	10.080	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.167	10.080

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 01/01/2023	10.002	-	10.002
Superávit do exercício.....	-	78	78
Transferência do superávit do exercício.....	78	(78)	-
Saldos em 31/12/2023	10.080	-	10.080
Superávit do exercício.....	-	79	79
Transferência do superávit do exercício.....	79	(79)	-
Saldos em 31/12/2024 (Nota 5)	10.159	-	10.159

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Gerdau ("Entidade"), com sede em Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, é uma Entidade sem fins lucrativos constituída em março de 2005 e certificada como OSCIP conforme Lei Nº 9.790/99, cuja finalidade é promover ações sociais que contribuam para o desenvolvimento das comunidades, cadeia de negócio e sociedade onde está inserido.

A Administração da Entidade cumpre com todos os requisitos previstos no Regulamento do Imposto de Renda, na Constituição Federal e legislação complementar referente à isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Tais requerimentos compreendem, entre outros aspectos, a não remuneração de sua Diretoria e o reinvestimento integral dos superávits ou déficits anuais exclusivamente em suas operações.

As Demonstrações Financeiras do Instituto Gerdau foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo da Entidade em 25/03/2025.

2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e demais legislações vigentes para este tipo de Entidade. As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

a) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são registradas pelo valor justo.

b) Receitas operacionais

São classificadas nesta conta as doações recebidas dos associados.

c) Despesas com doações e patrocínios

São classificadas nesta conta as doações e patrocínios efetuados diretamente pelo Instituto Gerdau.

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Receitas de doações.....	67.084	18.981
Gastos com doações e patrocínios.....	(66.464)	(18.551)
Despesas gerais e administrativas.....	(605)	(423)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	15	7
Receitas financeiras.....	70	78
Despesas financeiras.....	(6)	(7)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	79	78

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Superávit do exercício.....	79	78
Receita de juros de aplicações financeiras.....	(70)	(78)
	9	-
Varição de ativos e passivos		
Outras contas da atividade operacional.....	8	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa.....	17	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício.....	2	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19	2

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se ao saldo nas contas bancárias que em 31/12/2024 totaliza R\$ 19 (R\$ 2 em 31/12/2023).

4 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações financeiras em debêntures relativas ao projeto Reforma que Transforma e registradas ao valor justo. Em 31/12/2024 os saldos correspondem a R\$ 10.148 (R\$ 10.078 em 31/12/2023).

5 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio social: Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o Patrimônio social totaliza R\$ 10.159 e R\$ 10.080, respectivamente. A variação ocorrida refere-se à transferência do superávit do exercício, no montante de R\$ 79, para o Patrimônio social da Entidade em dezembro de 2024. A Entidade não distribuiu qualquer parcela de seus resultados e não remunera sua Diretoria e Conselheiros a qualquer título ou pretexto.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Instituto Gerdau, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração dos Superávits, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Com base nos exames efetuados, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos da Administração no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Sapucaia do Sul, 25 de março de 2025.

Cynthia Aparecida da Silva Gama Blassioli

Renata Freire de Souza Tutikian

Vitor Tumonis

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente
ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Conselheiros
GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER
CLAUDIO JOHANNPETER
GUSTAVO WERNECK DA CUNHA

DIRETORIA

Diretora Executiva
FLAVIA BIZINELLA NARDON
Diretor
PAULO DO AMARAL BONEFF

Contador
CLEMIR ÜHLEIN - CRC RS-044845/O - CPF nº 424.614.210-72



RELEASE DE 2024 RESULTADOS

BORRACHAS VIPAL S.A. CNPJ 87.870.952/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

Table with 3 main sections: BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023, DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS, and DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES. Each section contains multiple columns for years and consolidated data.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Table showing changes in equity components like reserves, profits, and distributions.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Table detailing cash flows from operations, financing, and investing activities.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Contexto operacional: A Borrachas Vipal S.A. ("Companhia") é uma sociedade de capital aberto, que em conjunto com suas controladas designadas neste relatório de administração, é controlada pela empresa Paludo Participações S.A.
2. Sumário das políticas contábeis materiais: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia adotou os pro-

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Table showing value added components like salaries, depreciation, and other expenses.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

»»» Os custos incorridos a título de bonificação são considerados custos incrementais necessários para a obtenção de um contrato com cliente e, portanto, são registrados como despesa antecipada no momento da entrega dos produtos e amortizado pelo tempo do contrato e conforme o atingimento das metas pelo cliente. **Receita de juros:** Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **2.4. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, que são utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade, e posteriormente convertidas para Reais. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para Reais (R\$) pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados apurados pelas taxas médias mensais dos exercícios, sendo os efeitos dessa conversão registrados em conta específica do patrimônio líquido da controladora. **Economia hiperinflacionária:** Para fins de conversão dos saldos contábeis das unidades na Argentina para a moeda de apresentação (Reais (BRL)) utilizada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram adotados os seguintes procedimentos requeridos pelo CPC 02 (R2) (IAS 21) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras: • Os montantes de ativos, passivos e itens do patrimônio líquido foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento de \$0,006012 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2024 (\$0,005992 em 31 de dezembro de 2023); e • Os montantes de receitas e despesas do exercício foram convertidos pela taxa de câmbio da data de encerramento do exercício de \$0,006012 Pesos argentinos por Reais em 31 de dezembro de 2024 (\$0,005992 em 31 de dezembro de 2023). **Correção monetária por hiperinflação - CPC 42 / IAS 29:** Com inflação acumulada superior a 100% nos últimos três anos na Argentina, a aplicação do CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária - passou a ser requerida a partir do exercício de 2018 para as unidades da Companhia nesse país. De acordo com a norma, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de investidas que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços ao consumidor "IPC". A inflação acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de 117,8% (214,4% em 31 de dezembro de 2023), conforme IPC. A Companhia efetuou a correção monetária na sua controlada Vipal S.A., sediada na Argentina, e em sua filial Borrachas Vipal Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido foram atualizados pela inflação. Os impactos da correção monetária até o exercício de 2017 foram registrados em "outros resultados abrangentes", no patrimônio líquido. O efeito em 31 de dezembro de 2024 na controladora foi um ganho de R\$ 951 (perda de R\$ 118 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado um ganho de R\$ 27.837 (perda de R\$ 1.926 em 31 de dezembro de 2023). **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.5. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **Matérias primas, materiais de embalagens, intermediários e diversos -** Valorizados ao custo de aquisição. **Produtos acabados e em elaboração -** Custos dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional dos gastos gerais indiretos de fabricação com base na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. **2.6. Investimentos:** Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) / IAS 28, para fins de preparação das demonstrações financeiras da controladora. Este investimento é deduzido de provisão para perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Após reduzir até zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o CPC 18 (R2) / IAS 28 determina que a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesse lucro somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesse lucro posterior se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. **2.7. Imobilizado:** Imobilizados são mensurados ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por desvalorização, quando aplicável. Métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são detalhados a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda por desvalorização dos ativos imobilizados é necessária. A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.8. Ágio, mais valia e outros ativos intangíveis:** Ágio: O ágio apurado em aquisição de investimento é inicialmente mensurado como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos a valor justo adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de perda por desvalorização anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas de "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Intangível", no consolidado. Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio será incluído na determinação dos ganhos e perdas. **Mais valia de ativos:** Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, no reconhecimento inicial, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. A mais valia de ativos é registrada como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e reclassificado para as rubricas correspondentes, no consolidado. **Outros ativos intangíveis:** Os outros ativos intangíveis são compostos principalmente por software e outros e são avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por desvalorização, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Vide detalhes na nota 14. Para avaliar se um ativo gerado internamente atende aos critérios de reconhecimento a Companhia classifica em: (a) fase de pesquisa; e (b) na fase de desenvolvimento. Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridas. Um ativo resultante de desenvolvimento, ou da fase de desenvolvimento de projeto interno, é reconhecimento pela Companhia quando: (a) existe viabilidade técnica para concluir o ativo intangível (b) intenção de concluir o ativo intangível ou vendê-lo; (c) capacidade de usar ou vender o ativo intangível; (d) gerar benefícios econômicos futuros; (e) disponibilidade de recursos técnicos para concluir o seu desenvolvimento e; (f) mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. **2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa estimados são descontados a valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento que opera o ativo. O teste de perda por desvalorização do ágio é feito anualmente ao final de exercício. **2.10. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **2.11. Tributações - Impostos sobre vendas:** Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar foram apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	Alíquotas	
	Controladora	Consolidado
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 22%	7% a 22%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 18%	0% a 18%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60% a 9,50%	7,60% a 9,50%
PIS - Programa de Integração Social	1,65% a 2%	1,65% a 2%
IVA - Imposto sobre Valor Adicionado (Exterior)	-	0,5% a 22%

As vendas são apresentadas pelos valores líquidos destes impostos na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado. **Imposto de renda e contribuição social correntes:** A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes no Brasil na data de apresentação das demonstrações financeiras e nos países onde as controladas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. **Impostos diferidos ativos:** são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e no momento da transação não dá origem a diferenças temporárias igualmente tributáveis e dedutíveis. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil

dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo o parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. **Impostos diferidos ativos baixados** são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os impostos diferidos ativos sejam recuperados. **Impostos diferidos ativos e passivos** são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **2.12. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios adotado pela Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros: Ativo financeiro: ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganho e perdas acumuladas (instrumento de dívidas); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros:** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas e créditos a receber de parte relacionadas e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e ativos mensurados pelo custo amortizado. Os principais passivos financeiros, classificados como a custo amortizado, são: fornecedores, contas a pagar a partes relacionadas, dividendos a pagar, passivo de arrendamento, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.13. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se refere a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. **2.14. Arrendamento mercantil:** A Companhia reconhece o passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso na data da assinatura do contrato de arrendamento. A administração da Companhia considera como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa incremental de juros para fins de desconto. Os contratos que atendem a esta norma são de aluguel de imóvel e da frota de veículos. Para cálculo do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento foi aplicado uma taxa de 10,5% a.a. (10,5% a.a. em 2023) para o aluguel do imóvel e 4,1% a.a. (4,1% a.a. em 2023) para frota de veículos. Essas taxas foram utilizadas com base em simulação junto aos bancos que a Companhia opera. A Companhia analisou os contratos existentes e identificou aqueles enquadrados no CPC 06 (R2) / IFRS 16. Os demais não se enquadraram à norma por serem considerados de baixo valor como definidos pela Companhia, variabilidade na mensuração dos valores ou por terem prazo inferior a 12 meses. **2.15. Informação por segmento:** A administração da Companhia é responsável por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho. As informações apresentadas à administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis. Os segmentos reportáveis da companhia estão descritos na nota explicativa 25. **2.16. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias (o denominador) durante o exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados em ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação. **2.17. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitidos pelo CPC / IFRS. A Companhia e suas controladas classificam dividendos recebidos em fluxos de caixa de atividades operacionais. Os dividendos pagos são demonstrados como fluxos de caixa de financiamento. **2.18. Demonstração do valor adicionado:** Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelas empresas e sua distribuição durante determinado exercício. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"). **2.19. Normas e interpretações emitidas vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e que lhe são aplicáveis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **Vigentes a partir do exercício de 2024 - Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante -** Visa promover a consistência na aplicação dos requisitos da norma, ajudando as empresas a determinar se, no balanço patrimonial, os empréstimos e financiamentos e outros passivos com uma data de liquidação incerta devem ser classificados como circulantes ou não circulantes incluindo: (i) informações sobre os covenants, bem como a natureza e os prazos nos quais a entidade é obrigada a cumpri-los; e (ii) fatos e circunstâncias que indiquem dificuldades em cumprir os covenants. A administração avaliou a classificação e a liquidação dos empréstimos e financiamentos e concluiu que reflete em condições contratuais com base no novo pronunciamento emitido a partir de 01 de janeiro de 2024. **Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)** - Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantidade do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A emenda visa esclarecer como um arrendatário mensura e realoca transações de venda do imóvel, de modo que satisfaça os requisitos de contabilização de IFRS 15. **Avanços em normas e não identificados impactos da emenda:** **Demons** **trações Financeiras, pois não há operações desta natureza. Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7** - Em maio de 2022, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros; evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia avaliou que o novo pronunciamento não possui impacto em suas demonstrações financeiras. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras** - A norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027 e tem como objetivo proporcionar consistência na apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, fornecendo aos leitores embasamento para analisar e comparar o desempenho das empresas. As principais alterações são: i) Novas categorias e subtópicos no DRE; ii) Divulgação de métricas em notas explicativas; iii) Apresentação das despesas operacionais especificadas por natureza. A Companhia avalia os impactos das respectivas alterações em seus demonstrativos contábeis e financeiros. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública** - A norma concede que as subsidiárias que não tenham responsabilidade pública que o seu controlador final produza demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o IFRS. A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e a Companhia avalia os impactos das respectivas alterações em divulgações. **IFRS S1: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade** - Em atenção à Resolução CVM nº 193/2023, visa exigir que uma entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para os usuários principais de relatórios financeiros para fins gerais na tomada de decisões relacionadas com o fornecimento de recursos à entidade. Estamos avaliando os impactos da norma para atendimento conforme prazo definido na mesma. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPD 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial** - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICPD 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPD 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade** - Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R1) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo. **Resolução CVM nº 197/2023 - Regras Modelo do Pilar Dois (International Tax Reform Pillar Two Model Rules)** - A Companhia informa que nenhuma das jurisdições no Exterior nas quais possui operação, iniciou qualquer alteração legislativa com vistas a incorporar na legislação interna as Regras Modelo do Pilar Dois, publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em relação ao Brasil, em dezembro de 2024, a Lei nº 15.079/24 introduziu aspectos das Regras GloBE da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento

Econômico ("OCDE") à legislação tributária brasileira, regulamentadas através da Instrução Normativa RFB nº 2.228/24. A Companhia, analisou eventuais impactos para sua operação, tomando por base os valores de 2024, concluiu, que caso a norma estivesse vigente já no referido exercício, não seria elevada à aplicação das regras simplificadoras. **Preço de transferência** - A Controladora e suas Controladas realizam operações com partes relacionadas situadas no exterior (NE 9), e também com empresas independentes situadas em países ou dependências relacionadas na Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal nº 1.037/2010. As operações são realizadas levando em consideração as regras de preço de transferência conforme determina a Lei nº 14.596 de 2023, praticados preços de acordo com o princípio Arm's Length, e respeitando a Política de Transações entre Partes Relacionadas interna. Em 2024 não tivemos impactos relevantes na Controladora e no Consolidado. **ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial** - A Resolução CVM nº 212 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não haverá impactos com a Companhia. **Emenda IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros** - As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, torção aos requisitos nas práticas compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão: i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes; ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico. Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e estamos avaliando os impactos das emendas. **Emenda OPCPC 10 - Créditos de Carbono (ICCOE). Permissões de Emissão (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIU)** - A Resolução CVM nº 223 torna obrigatória para as companhias de capital abertas a orientação do OPCPC 10, que direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (CO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIU) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23. A Resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e estamos avaliando os impactos da norma. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. A incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros. Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados a cada período de reporte. **3.1. Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: **3.1.1. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Uma perda por desvalorização existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **3.1.2. Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários da Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **3.1.3. Provisões para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas civis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **3.1.4. Arrendamentos - determinação do prazo de arrendamento:** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir. **3.1.5. Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental nominal sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia. **3.1.6. Provisão para perdas de créditos esperadas sobre as contas a receber de clientes:** A Companhia utiliza julgamento profissional para calcular as perdas de créditos esperadas para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perdas semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de produto ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de créditos esperadas usa uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 6. **3.1.7. Tributos diferidos:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra parte da Companhia. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de ativo fiscal diferido. **3.1.8. Mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os *inputs* considerados neste modelo são obtidos de mercados observáveis e são passíveis de variação. Nas situações em que estes *inputs* não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos anuais incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a estes fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. A contraprestação contingente, resultante de combinações de negócios, é avaliada pelo valor justo na data da aquisição como parte da combinação de negócios. **3.1.9. Definição de vidas úteis de ativo imobilizado e intangível:** Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados, respectivamente, de forma linear ao longo da vida útil esperada do ativo. As taxas de depreciação e amortização são baseadas em informações históricas e projeções futuras que se baseiam em estimativas que podem vir a não se realizar de acordo com o previsto, podendo divergir significativamente em relação ao montante inicialmente estimado. **3.1.10. Valor justo de ativos intangíveis advindos de combinação de negócios:** As vidas úteis de ativos intangíveis identificados em combinação de negócios são definidas com base em técnicas de avaliação que incluem a determinação de premissas e critérios que consideram o histórico da entidade, o setor em que está inserida, as projeções de mercado para a entidade combinada. As premissas adotadas podem variar em relação às efetivamente incorridas, gerando variações em relação aos valores alocados quando da combinação. Como determinado pelo CPC 15 (R1) (IFRS 3) – combinação de negócios, requer que os ativos e passivos adquiridos sejam avaliados a valor justo na data da aquisição. Bem como ativos intangíveis identificados em combinação sejam avaliados a valor justo. Julgamento é necessário para identificar os ativos identificáveis e os critérios para apurar o valor justo. O processo de mensuração a valor justo requer a assunção de premissas e estimativas que podem gerar variações em relação aos valores efetivamente incorridos. As principais premissas chave utilizadas na estimativa do valor em uso, às quais o valor de recuperação dos ativos é mais sensível, estão descritas a seguir: **Receitas:** Projetadas com base nos planos de negócios da empresa adquirida, conforme conceitos definidos no CPC 46 (IFRS 13) foram considerados crescimentos decorrentes de expansão orgânica. Ajustes foram realizados para sensibilizar as premissas adotadas no plano de negócios a dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Custos e despesas operacionais: Projetados com base no desempenho histórico da adquirida, e em concordância com o modelo de crescimento do plano de negócios, considerando, também ajustes com dados comparáveis de mercado, quando aplicável. Taxa de desconto: Representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da empresa, sendo derivado de custos de capital médio ponderado (WACC, na sua sigla em inglês). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado dos riscos e rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais beta.

TERMOLAR S/A
 CNPJ/MF 92.780.634/0001-22 - NIRE 433 0002942
AVISO AOS ACIONISTAS
 Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram a disposição, na sede social, à Rua Tamandaré, nº 500, Bairro Camaquã, CEP 91900-790, em Porto Alegre/RS, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2024. Porto Alegre/RS, 25 de março de 2025. Natalie Ardrizzo - Diretora

MUNICÍPIO DE TRÊS PASSOS
AVISO DE LICITAÇÕES
 Lic. 62/2025. Pregão Eletrônico 33/2025. Obj. Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de seguro veicular para veículos das Secretarias de Saúde, Educação e Agricultura, conforme especificações constantes do termo de referência (Anexo I do edital). Critério de julgamento: Menor preço por item. Credenciamento e recebimento das propostas até às 08h10min do dia 08/04/2025, através do site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Editais disponíveis na íntegra no site: www.trespasos.rs.gov.br licitações 2025. Informações Fone 55 3522 0403. Arlei Luis Tomazoni – Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Farroupilha
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2025 - Registro de preços de ARLA 32. Data da Sessão: 14/04/2025 às 14h30min.
 Maiores informações através do telefone (54) 2131-5302 ou através do Portal da Transparência no site: www.farroupilha.rs.gov.br.

Prefeitura Municipal de Esmeralda
PREGÃO PRESENCIAL 03/2025
 Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de saúde, educação e assistência social (menor preço, cotação por item). Abertura: 09/04/2025 às 9:30h, na Prefeitura, Av. São João, 1.391. Edital: compras.licitacao@esmeraldas.net, www.esmeralda.rs.gov.br ou <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>. Esmeralda, 24/03/2025. Ailton de Sá Rosa – Prefeito Municipal

Predial Bier Ullmann S/A.
 CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1
AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.
CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 28/04/2025 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, ou de forma virtual, em link a ser encaminhado, com a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social. Porto Alegre, 25 de março de 2025. Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

MILAN LEILÕES LEILAOEIRO OFICIAIS
28 / Março 2025 Sexta 9:30h. APROX.
1370 LOTES DE PEÇAS E ACESSÓRIOS VOLKSWAGEN
 SAIBA MAIS
 Volkswagen LEILÃO ONLINE
 QR CODE
 10 UNID.: DIFERENCIAIS EIXO TRASEIRO MAN
 1050 UNID.: INSTRUMENTOS COMBINADOS - VIRTUS
 07 UNID.: TRANSMISSÕES ZF E EATON DIVS.
 GR. QUANT PNEUS RADIAIS DIVS.
 770 UNID.: RODAS DE LIGA LEVE - T-CROSS
 960 UNID.: UNID CONT SIST DIST RADAR- VIRTUS
 MOTOR CUMMINS 6 CC
 MOTOR MAN
 03 UNID.: CARDANS DIVS
 04 UNID.: CAIXAS DE TRANSFERÊNCIA - ZF
 09 UNID.: EIXOS DIANTEIRO E TRASEIRO P/ AUTOS.
 234 UNID.: FAROIS DIANT. POLO / VIRTUS
 PARTICIPE ACESSE: WWW.MILANLEILÕES.COM.BR

LOJAS RENNER S.A. Companhia Aberta de Capital Autorizado
 CNPJ/MF nº 92.754.738/0001-62 - NIRE 43300004848
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
 Ficam convocados os Senhores Acionistas para se reunirem, no dia 24 de abril de 2025, às 11h, em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), de modo exclusivamente digital, por meio de participação: (i) via boletim de voto à distância ou (ii) via plataforma eletrônica, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1. examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. examinar, discutir e votar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; 3. fixar o número de membros do Conselho de Administração; 4. eleger os membros do Conselho de Administração; 5. fixar o montante da remuneração global dos Administradores; 6. fixar o número de membros do Conselho Fiscal; 7. eleger os membros do Conselho Fiscal; e 8. fixar o montante da remuneração dos membros do Conselho Fiscal. **Informações Gerais:** 1. Em atenção ao artigo 133 da Lei nº 6.404/76, as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório da Administração e dos pareceres emitidos pelos Auditores Independentes e pelo Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, foram publicadas no dia 21 de fevereiro de 2025, no "Jornal do Comércio" (Porto Alegre) – impresso e online. 2. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022. O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, depositário central, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Orientações detalhadas a respeito do preenchimento e envio dos boletins de voto podem ser consultadas no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração e nos próprios boletins de voto. 3. Adicionalmente, os acionistas que desejarem participar da AGO virtualmente, por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela Companhia, deverão enviar, **impreterivelmente até às 23:59 do dia 22 de abril de 2025**, ao endereço eletrônico acionistas@lojasrenner.com.br, e-mail com a solicitação de cadastro, contendo as informações e documentos obrigatórios, a saber: (i) Pessoa física: (a) documento de identidade com foto do Acionista ou de seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); e (b) documentos que comprovem os poderes de representação, no caso de procurador constituído; (ii) Pessoa Jurídica ou Fundo de Investimento: (a) documento de identidade com foto do seu representante legal (serão admitidos: RG, RNE, CNH, passaporte ou carteira de registro profissional); (b) Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado ou, no caso de Fundo de Investimento, o regulamento consolidado e atualizado; e (c) documentos que comprovem os poderes de representação. Em caso de representação por meio de procurador, deverão ser observadas as orientações adicionais, conforme indicado no Manual para Participação de Acionistas em Assembleia – Proposta da Administração. 4. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70 de 22 de março de 2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Neste sentido, a Companhia recomenda que eventual pedido de voto múltiplo seja feito com antecedência, de modo a facilitar seu processamento pela Companhia e a participação dos demais acionistas, nacionais e estrangeiros. 5. Os acionistas encontrarão todos os documentos e informações necessárias para participação na AGO e melhor entendimento das matérias acima no "Manual para Participação de Acionistas – Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária" que está no site da Companhia <http://lojasrenner.mzweb.com.br/> e no site da CVM www.cvm.gov.br. A Companhia disponibiliza o e-mail acionistas@lojasrenner.com.br para acesso à Área de Governança Corporativa, que está apta a esclarecer qualquer dúvida em relação à AGO. Porto Alegre, RS, 25 de março de 2025. Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto Presidente do Conselho de Administração

Predial Bier Ullmann S/A
 CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1

Relatório da Diretoria – Senhores Acionistas: Em cumprimento aos preceitos legais e estatutários, submetemo-nos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024 e respectivos Demonstrativos pertinentes ao período. Colocamo-nos à inteira disposição de V.Sas., para as informações e esclarecimentos adicionais que desejarem. A DIRETORIA

Balanço Patrimonial 31 de Dezembro de 2024 e 2023 – R\$			Demonstração do Resultado do Exercício 31 de Dezembro de 2024 e 2023 – R\$		
ATIVO	31/12/2024	31/12/2023	PASSIVO	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE	1.990.868	1.772.337	CIRCULANTE	227.846	200.414
Caixa e Equivalentes de Caixa	405.314	290.322	Contribuições Previdenciárias	16.650	17.411
Débitos	1.585.551	1.482.013	Obrigações Tributárias	518,68	757,15
Adiantamentos a Funcionários	0	0	Provisões Trabalhistas	26.684	34.058
Adiantamentos a Fornecedores	0	0	Utilidades e Serviços a Pagar	0	0
Impostos a Recuperar	55.315	30.935			
Devedores por Aluguéis	0	0	NÃO CIRCULANTE	294.166	480.048
Títulos Vinc. ao Merc. Aberto	1.457.829	1.417.986	Receitas Diferidas	243.434	431.410
Clientes a Receber	60.313	17.432	Sócios c/Corrente	50.731	48.638
Aluguéis a Receber	60.312	17.432			
Despesas Exercício Seguinte	12.095	15.660	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.131.593	3.752.029
Prêmios de Seguros a Apropriar	12.095	15.660	Capital Social	735.000	735.000
Despesas Antecipado DMAE RS	0	0	Reservas de Capital	16.209	16.209
Despesas Antecipado IPTU	0	0	Reserva de Reavaliação	776.258	776.258
NÃO CIRCULANTE	2.662.738	2.660.154	Reserva p/Incentivos Fiscais	212.809	212.809
Depósitos Judiciais	0	0	Reserva de Lucros	2.343.103	2.371.752
Clientes Nacionais	5.027	5.027			
Devedores p/Aluguel	5.027	5.027	TOTAL DO PASSIVO	4.653.606	4.432.492
Investimentos	9.041	6.458			
Imobilizado	2.648.668	2.648.668			
Custo Histórico	2.995.159	2.995.159			
(-) Depreciações Acumuladas	(346.491)	(346.491)			
TOTAL DO ATIVO	4.653.606	4.432.492			

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – R\$

Capital Realizado Autorizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros				Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Dividendos a Distribuir	Reserva de Incentivos Fiscais		
Histórico							
Saldo em 31/12/2023	735.000	16.209	174.213	2.197.540	(360.000)	212.809	3.752.029
Ajuste exercício Anteriores	-	-	333.444	-	-	-	167.623
Aumento de Capital	-	-	-	(2.093)	-	-	(333.444)
Reversão de Reservas	-	-	-	(360.000)	360.000	-	(2.093)
Transferência p/Reserva	-	-	-	(117.607)	-	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	(117.607)	-	-	(117.607)
Saldo em 31/12/2024	735.000	16.209	507.657	1.835.447	(117.607)	212.809	4.131.594

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 31/Dezembro/2024 - Comparativa – R\$

Nota 01 - Atividades Comerciais: A Sociedade tem por objeto principal a Administração de bens imóveis próprios. **Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas, em seus aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, nos seus aspectos materiais. Para fins de apresentação destas demonstrações, esse conjunto de regras é também denominado "BR GAAP". As presentes demonstrações contábeis estão sendo apresentadas comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31/12/2024. **Nota 03 - Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para as demonstrações contábeis da Companhia (BR GAAP): a) Base de Elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. b) Moeda Funcional e de Apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), a moeda funcional da Companhia. c) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista. d) Títulos Vinculados ao Mercado Aberto: Estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos apropriados conforme regime de competência. e) Investimentos: Foram demonstrados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995. f) Imobilizado: É demonstrado ao custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. g) Depreciação: A Empresa optou por não proceder à depreciação de seus bens, de acordo com o que faculta o art. 250 do Decreto 1.041, de 11/1994, do Regulamento do Imposto de Renda. h) Passivo Circulante e Não Circulante: Os passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais auferidos. i) Avaliação do Valor Recuperável de Ativos: Os bens do imobilizado estão em processo de formalização de procedimento de "internal evaluation" para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, eventos ou alterações significativas que indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. j) Apuração do Resultado: As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o Regime de Competência. k) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido: A Empresa adotou o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicando as regras de tributação com base no Lucro Presumido. l) Uso de Estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, a seu critério, que podem vir a afetar os valores de ativos e passivos, receitas, custos e despesas. Os reais valores podem ser diferentes dos estimados.

Nota 04 - Ativo Imobilizado

	2024 - (R\$)		2023 - (R\$)	
	Custo Histórico	Deprec. Acum.	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos	55.832	-	55.832	-
Imóveis e Edificações	1.106.117	(259.809)	846.308	846.308
Instalações e Benfeitorias	829.209	(82.497)	746.712	746.712
Móveis e Utensílios	38.112	(4.185)	33.927	33.927
Equipamentos de Segurança	10.461	-	10.461	10.461
Reavaliação do Ativo	920.680	-	920.680	920.680
Equipamentos de Comunicações	549	-	549	549
Equipamentos de Proc. de Dados	27.958	-	27.958	27.958
Softwares	6.242	-	6.242	6.242
TOTAL	2.995.160	(346.491)	2.995.160	2.995.160

Nota 05 - Contribuições Previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
INSS a Recolher	8.878	8.431
FGTS a Recolher	1.892	1.521
Contribuições a Recolher	0	0
PIS a Recolher	744,06	1.255
COFINS a Recolher	3.434	8.795
Contribuições Sindicais	0	0
CSLL a Recolher	12.081	14.434
TOTAL	32.735	33.431

Nota 06 - Obrigações Tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ a Recolher	26.684	34.058
IRF a Recolher	5.710	4.271
ISSQN s/ Terceiros	518,68	757,15
TOTAL	39.124	41.952

Demonstração dos Fluxos de Caixa 31 de dezembro de 2024 – R\$

	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	165.821	439.452
Lucro Líquido do Exercício	165.821	439.452
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais:		
Adiantamentos a Funcionários	-	-
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Impostos a Compensar	22.315	-
Depósitos Judiciais	-	-
Prêmios de Seguros a Apropriar	12.095	-
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais:	6.384	6.384
Obrigações Tributárias e Sociais	-	-
Outras Obrigações	-	-
Receitas Diferidas	(315.843)	-
Disponibilidades Líquidas das Atividades Operacionais	(275.049)	(275.049)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	304.057	304.057
Aquisição de Investimentos/Imobilizado	-	-
Resgate de Títulos Vinculados ao Mercado Aberto	304.057	304.057
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Investimentos	304.057	304.057
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(117.607)	(117.607)
Dividendos Distribuídos	(117.607)	-
Disponibilidades Líquidas das Atividades de Financiamentos	(117.607)	(117.607)
Redução das Disponibilidades Líquidas	114.992	114.992
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	290.322	290.322
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	405.314	405.314

"As Notas Explicativas são parte integrante e indissociável das Demonstrações Contábeis."

Nota 07 - Utilidades e Serviços a Pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Seguros a Pagar	15.119	15.660
Pró-labore a Pagar	0	0
Adiantamento de Clientes	94.852	52.150
Contas a Pagar	0	0
TOTAL	109.971	67.810

Nota 08 - Receitas Diferidas

	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos de Aplicações Financeiras	124.796	431.410
TOTAL	124.796	431.410

Nota 09 - Instrumentos Financeiros: Os valores de mercados dos instrumentos financeiros ativos e passivos reconhecidos ou estimados, em 31/12/2024, equivalem, aproximadamente, aos valores constantes das demonstrações contábeis, em seus valores relevantes.

Nota 10 - Capital Social: O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 735.000,00 (setecentos e trinta e cinco mil reais), dividido em 2.625.000 ações, subdivididas em 2.214.000 ações ordinárias nominativas e 411.000 ações preferenciais tipo (A) nominativas.

Nota 11 - Cobertura de Seguros: A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Sociedade mantém apólices de seguros contratados junto a seguradoras idôneas do país, havendo sido consultados especialistas na área, seguros estes que levam em consideração a natureza e o grau de riscos envolvidos.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2024

CLAUDIA STEINER Diretora (a)
LUIS GENIS Técnico em Contabilidade
 CPF 470.259.800-72 CRCRS 44356 - CPF 469.151.090-72

SLC AGRÍCOLA S.A. Companhia Aberta
 CNPJ nº 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
 Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 11h ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 81/22 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como o Parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutária. 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração. 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração. 4. Eleger os membros do Conselho de Administração. 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia. 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado. Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2019, que ratificou as Assembleias Gerais Ordinárias de 2016, 2017 e 2018 para fazer constar, especificamente, as contas de reserva para as quais parte do lucro foi destinado e ratificou no restante. 2. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de 2024 que ratificou as Atas das Assembleias Gerais Ordinárias de 2020, 2021, 2022 e 2023 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado, e ratificou no restante. 3. Reratificar a Ata de Assembleia Geral Ordinária da Companhia de 2024 para ajustar os valores nas contas de reserva específicas para as quais o lucro foi destinado. 4. Deliberar sobre o acréscimo de atividade ao objeto social da Companhia. 5. Em decorrência do acréscimo de atividade ao objeto social, alterar a redação do artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. 6. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia 27 de abril de 2025 (inclusive), mediante acesso ao link: <https://easyvoting.slcagri.com.br>. **Ata de Assembleia Geral Extraordinária:** Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia (www.slcagricola.com.br) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br>). A Companhia solicita que os acionistas apresentem o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, com instrumento de mandato. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail ri@slcagricola.com.br, com cópia para juridico@slcagricola.com.br. A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notoriedade, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 81. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto à Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) A COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; (b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e (c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. **Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.ita.com.br/seguriteservicos/assembleiadigital>.** (4) AO DEPOSITÁRIO CENTRAL: Os acionistas podem encaminhar seus votos diretamente ao depositário central, observadas as regras por ele determinadas para a emissão das instruções de voto via Boletim. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto à Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 4 (quatro) dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até às 23h59min do dia 25 de abril de 2025. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5% (cinco por cento), conforme estabelece a Resolução CVM nº 070/2022 ("RCVM 70"). Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Para fins do art. 4

Governo sobe limite de juros cobrados em empréstimo consignado de aposentados para 1,85% ao mês

O CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) decidiu subir para 1,85% ao mês o teto dos juros cobrados em empréstimos consignados em folha para aposentados. O limite anterior, fixado no início de 2025, era de 1,8% mensal. A taxa do teto do cartão de crédito consignado permanece em 2,64% ao mês. Na primeira reunião deste ano, o CNPS alterou o teto de 1,66% para 1,8%. Na ocasião, os bancos pleiteavam um aumento para 2% ao mês na modalidade com desconto em folha, a mais popular. O mesmo pedido foi feito na reunião de ontem.

O consignado é um empréstimo feito por aposentados e pensionistas do INSS com desconto direto no benefício. É possível comprometer até 45% da renda mensal -35% com o empréstimo pessoal, 5% com o cartão de crédito e 5% com o cartão de benefício- e pagar as parcelas em até 84 meses (sete anos). O CNPS é tripartite, com representantes do governo, de sindicatos e de associações patronais. Os representantes dos trabalhadores e dos aposentados se posicionaram contra qualquer tipo de aumento. O governo não fez propostas. Diante do impasse, o representante da CNC (Confederação Nacional do Comércio), Hélio Queiroz, propôs o teto de 1,85%, que acabou vencendo.

“A proposta (da CNC) tem razoabilidade. Teve dois aumentos da Selic, outro aumento está anunciado. Se aguardarmos, a panacéia para pensionista será muito maior”, disse o ministro da Previdência, Carlos Lupi, presidente do CNPC, ao votar a favor do aumento. De acordo com o representante da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Ivo Mósca, a taxa atual de 1,8% por mês não é atraente para diversas empresas do setor. A consequência é a diminuição da oferta de empréstimos consignados de maior risco: pessoas mais idosas ou de mais baixa renda. “Do público não atendido, metade é negativedo e não tem acesso a

outra linha de crédito. Nossa preocupação é atender maior público possível”, disse.

Mósca afirmou que o volume de recursos empregados no início de 2025 é o mesmo do início de 2024. “O consignado está andando de lado enquanto o mercado de crédito cresceu 10% no período”, afirmou. O diretor do RGFS (Regime Geral de Previdência Social), Benedito Brunca, discordou da avaliação da Febraban e disse que as operações para aposentados mais velhos “está no ciclo normal de operações”, com um aumento em janeiro deste ano e uma queda no mês seguinte.

Para o secretário do RGFS, Adroaldo Portal, o objetivo do setor financeiro é aumentar o número de clientes, enquanto o governo busca diminuir o peso do empréstimo na renda de quem já contraiu um consignado. “Quem entra no consignado não consegue sair mais. É processo que a pessoa fica renovando, tentando novo empréstimo. Estamos lidando com seres humanos, não são números frios”, disse Lupi. Mósca se defendeu afirmando que o objetivo do aumento da taxa de juros é atender um público que por não ter acesso ao consignado, vai atrás de empréstimos com juros maiores. Antes do início do ciclo de subida, o teto permaneceu o mesmo entre maio de 2024 e o início deste ano. Ele não se alterou mesmo com o ciclo de aumento da Selic iniciado no segundo semestre de 2024.

Porém, com a taxa de juros mais elevada, os empréstimos consignados deixaram de ser atraentes para alguns bancos, que passaram a restringir a oferta da modalidade. A ABBC (Associação Brasileira de Bancos) questiona a competência do CNPS para fixar o teto do consignado e entrou com ação no STF (Supremo Tribunal Federal) em dezembro do ano passado. A entidade representa instituições de médio porte. A diminuição dos juros cobrados no empréstimo consignado é uma das bandeiras do ministro da Previdência, Carlos Lupi. No início do atual governo, a taxa mensal era de 2,14% por mês. A redução começou no primeiro ano da atual gestão até chegar no ponto mais baixo, um teto de 1,66% ao mês, no primeiro semestre de 2024.

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ
CONCURSO PÚBLICO
 Nº 01/2024 – EDITAL Nº 415/2025
 Divulga-se a Homologação do Resultado Final. 26/03/2025.

SINDICATO DOS CENTROS DE HABILITAÇÃO DE CONDUTORES AUTO E MOTO ESCOLAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – ASSEMBLEIA GERAL
 O Presidente do Sindicato dos Centros de Habilitação de Condutores Auto e Moto Escolas do Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições, convoca os associados da entidade, para participarem de duas sessões de Assembleias Gerais a serem realizadas no dia 31 de março de 2025, na Fecomércio-RS/Secsc/Senac – Rua Fecomércio, 101 - Anchieta, Porto Alegre - RS, 90200-500, Sala 102, conforme segue: I - às 10h00min em primeira convocação e às 10h30min, em segunda convocação, em regime extraordinário, para tratar da seguinte ordem do dia: Assuntos gerais. II - às 11h em primeira convocação e às 11h30min, em segunda convocação, em regime ordinário, para tratar da seguinte ordem do dia: Aprovação das contas do ano de 2024.

Porto Alegre, 26 de março de 2025. Vilnei Pinheiro Sessim – Presidente

→* continuação

do Plano de *Stock Grant*. A proposta de substituição ocorreu pelo motivo do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“*Stock Options*”) não atingir a finalidade proposta, em razão de seus aspectos econômicos frente às atuais condições de mercado das ações de emissão da Companhia. O plano substituído (“*Stock Options*”) dava a opção aos diretores estatutários de adquirir ações de emissão da Companhia e, de acordo, com este programa, as opções poderiam ser exercidas pelo preço de mercado das ações na data da outorga. Já o novo plano (“*Stock Grant*”) concede o direito aos diretores estatutários de receber de forma gratuita ações preferenciais da Companhia, nos termos e condições estabelecidos no plano. Vide maiores informações sobre essas modificações dos planos de pagamento baseado na nota explicativa 27. d) **Arrendamentos:** A Companhia, através da sua controlada Taurus Holdings, Inc. (EUA) reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso conforme acordo com a Autoridade de Desenvolvimento do Estado da Geórgia, nos Estados Unidos onde está

localizada a fábrica da Taurus. Vide maiores detalhes sobre essa operação na nota explicativa 17. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e realiza essa avaliação de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso inclui a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. A Companhia segregava o valor de caixa pago em principal e juros (ambos apresentados em atividades de financiamento) na demonstração dos fluxos de caixa. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação

dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. De acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01. Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto na IFRS 16/CPC 06 (R2).

5. Eventos subsequentes: Programa de recompra de ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”): No dia 21 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou a criação de programa de recompra de ações de emissão da Companhia (“Programa de Recompra”). O Programa de Recompra visa à aquisição de ações de emissão da Companhia para (a) permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, visando uma administração eficiente da estrutura de capital e maximizar a geração de valor para o acionista; e (b) manutenção em tesouraria visando fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes do Plano de Outorga de Ações (Stock Grant) aprovado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023, destinados a administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia ou de suas Controladas atuais ou que vierem a ser empossados em umas das referidas funções.

Conselho de Administração				Diretoria Estatutária			
Jorio Dauster Magalhães e Silva Presidente do Conselho de Administração		Bernardo Simões Birmann Vice-Presidente do Conselho de Administração		Salesio Nuhs Diretor Presidente		Sergio Castilho Sgrillo Filho Diretor Administrativo Financeiro Diretor de Relações com Investidores	
José Paulo Dornelles Cairoli Conselheiro		Luciano Luiz Barsi Conselheiro		Sérgio Laurimar Fioravanti Conselheiro		Magno Neves Fonseca Conselheiro	
Haroldo Zago Presidente		Mauro César Medeiros de Mello Conselheiro		Valmir Pedro Rossi Conselheiro		Hério Paulo S. Andriola Conselheiro	
Conselho Fiscal				Comitê de Auditoria e Risco			
Haroldo Zago Presidente		Mauro César Medeiros de Mello Conselheiro		Valmir Pedro Rossi Conselheiro		Hério Paulo S. Andriola Conselheiro	
Banco Escriitador				Audidores Independentes			
Banco Itaú - Capitais: 3003-9285 - Demais localidades: 0800-720-9285				Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.			
Jornal e Portal de divulgação				Canais para Contato			
Jornal do Comércio https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/ e Portal: http://www.luzdigi.com.br/				E-mail: ri@taurus.com.br - Site: https://ri.taurusarmas.com.br/ - Telefone: (51) 3021-3079			

Parecer do Conselho Fiscal							
O Conselho Fiscal de Taurus Armas S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de março de 2025. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 21 de março de 2025, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da administração da Companhia no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.							
Haroldo Zago Presidente		Mauro César Medeiros de Mello Conselheiro		Valmir Pedro Rossi Conselheiro		Hério Paulo S. Andriola Conselheiro	
Haroldo Zago Presidente		Mauro César Medeiros de Mello Conselheiro		Valmir Pedro Rossi Conselheiro		Hério Paulo S. Andriola Conselheiro	
Extrato das Informações Relevantes do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Completas							

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas da Taurus Armas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e os relatórios do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://ri.taurusarmas.com.br/>. O referido do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas completas foi emitido em 21 de março de 2025, sem modificações.

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A.							
Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente, independente e com orçamento próprio a partir de 2022. Suas competências são definidas no estatuto social da Companhia e pelo Conselho de Administração. No exercício de 2024, o Comitê se reuniu por nove vezes, tratando dos temas: Projetos estratégicos da companhia e acompanhamento das principais atividades em curso junto à área financeira, comercial, jurídica, fiscal, contábil e de gestão de pessoas; desenvolvimento do controle contábil e das políticas tributárias, análise de contingências, análise e aprovação de ITR e DFs; acompanhamento do desenvolvimento dos projetos estratégicos em curso e a serem implementados; encontros com Auditoria Independente Deloitte; gestão de riscos, sistemas e processos para gestão de riscos, mapa de riscos, mapa de controles internos, segurança de dados, acompanhamento dos trabalhos de inventário, do desenvolvimento das matérias ligadas ao ESG e da situação de atividades do comitê de ética; acompanhamento de transações com partes relacionadas; análise e aconselhamento de projetos estratégicos no âmbito societário e mercadológico; acompanhamento do cronograma e relatório de auditoria externa. O Comitê assessorou o Conselho de Administração em: discussão de políticas, projetos estratégicos e procedimentos. Seguindo as boas práticas, o Comitê de Auditoria manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão das ITRS e auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2024. O Comitê examinou e procedeu, conforme dever estatutário, o exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2024 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2024”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.							
Sérgio Laurimar Fioravanti - Presidente				Luciano Luiz Barsi - Conselheiro			



TAURUS

TAURUS ARMAS S.A.
COMPANHIA ABERTA BRASILEIRA

CNPJ nº 92.781.335/0001-02
NIRE nº 43.3.0000739.1
São Leopoldo - RS

TASA3 TASA4

2024

Relatório da Administração

Aviso: (i) As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável; (ii) As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://d.jornaldocomercio.com/publicidade-legal/; b) https://ri.taurusarmas.com.br/; c) https://www.gov.br/cvm/; d) https://www.b3.com.br/.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Ativo Circulante, Não circulante, Total do Ativo, Passivo Circulante, Não circulante, Total do passivo, and Patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table showing the changes in equity components from 2022 to 2024, including Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023, and Saldo em 31 de dezembro de 2024.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional: A Taurus Armas S.A. ("Companhia"), sediada em São Leopoldo/RS, foi constituída em 17 de novembro de 1939. Companhia brasileira de capital aberto desde 1982, e desde 2011 listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (símbolos de negociação são TASA3, TASA4). Sua controladora e holding é a BYK Participações S.A., que por sua vez é controlada pela CBC AMMO LLC, localizada em Delaware, Estados Unidos da América. A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, Capacetes e Acessórios e M.I.M. ("Metal Injection Molding"). Possui três plantas industriais, sendo duas situadas no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná e outra em Bainbridge, no Estado da Geórgia nos Estados Unidos. A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa e, desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil. Suas vendas no Brasil estão direcionadas para polícias estaduais, federais e militares.

uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não controladores. Abaixo listamos as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Table with columns: Empresa, País, Participação Societária 2024, Participação Societária 2023. Rows include Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. (*), Taurus Holdings, Inc. (**), Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., and Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (*)

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Receita líquida, Lucro líquido, Resultado líquido, Resultado líquido antes dos impostos, Resultado líquido, Resultado líquido antes dos impostos, Resultado líquido, Resultado líquido antes dos impostos.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Lucro do exercício, Outros resultados abrangentes, Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado, Resultado abrangente total.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

diferido registrados na data das demonstrações financeiras. Os valores para os quais a Administração considera não haver expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis para realização estão demonstrados na nota explicativa nº13. Imobilizado e Intangível (impairment): A Companhia, através de estudos econômicos projetados com o auxílio de uma consultoria técnica especializada, realizados no mínimo anualmente, bem como demais análises internas e externas, demonstra a capacidade de geração de caixa através de seus ativos, não indicando ajustes de impairment necessários. Propriedade para investimento: As propriedades para investimento estão mensuradas ao valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração trabalha em conjunto com avaliadores externos qualificados para estabelecer as técnicas de avaliação e informações adequadas ao modelo para determinação do valor justo desses ativos a cada período de reporte das demonstrações financeiras. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: A Companhia possui um forte gerenciamento de seus riscos, com adequadas avaliações técnicas efetuadas com o auxílio de seus assessores jurídicos, que propiciam a constituição de provisões, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir os riscos com estimativa de perda provável na data das demonstrações financeiras. (i) Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia utiliza o Nível 2 de informações para mensuração do valor justo. 4. Principais políticas contábeis: As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração dessas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as práticas contábeis e os métodos de cálculo adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores descritos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS emitidas pelo IASB não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. Essa demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. a) Instrumentos

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Fluxo de caixa das atividades de investimento, Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa de atividades de investimento, Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, Fluxo de caixa de atividades de financiamento, Demonstração da variação de caixa e equivalentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, Fluxo de caixa de atividades de investimento, Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento, Fluxo de caixa de atividades de financiamento, Demonstração da variação de caixa e equivalentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 - Valores expressos em milhares de Reais - R\$

Table with columns for Consolidado and Controladora for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Receitas, Insumos adquiridos de terceiros, Valor adicionado bruto, Depreciação e amortização, Valor adicionado líquido produzido pela Companhia, Valor adicionado recebido em transferência, Total do valor adicionado a distribuir, Distribuição do valor adicionado Colaboradores, Remuneração direta.

meios, civis e militares, além do mercado civil. No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade de Bainbridge fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As vendas para os Estados Unidos atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões.

Joint Venture de Acessórios: Em outubro de 2020, após autorização do seu Conselho de Administração, a Companhia assinou um acordo para criação de uma *joint venture*, para a fabricação e comercialização de carregadores e outros componentes estampados de armas leves para o mercado nacional e internacional. A criação da *Joint Venture* foi firmada com a Joalmi Indústria Metalúrgica Ltda. (“Joalmi”), com mais de 30 anos de atuação no setor automotivo e com expertise em engenharia, tecnologia e desenvolvimento de peças estampadas em metais ferrosos e não ferrosos, montagem de produtos com alta complexidade, em sua maioria, relacionados a sistemas de segurança automotiva. A tecnologia empregada na fabricação dos carregadores, além de ser considerada pela Companhia como estratégica, é fundamental para o perfeito funcionamento e segurança das armas. A criação da *Joint Venture* visa tornar a Taurus autossuficiente na produção de carregadores, mercado atualmente dominado por poucos fornecedores estrangeiros. Além disso, objetiva propiciar uma forte redução de custo para as operações da Companhia, com uma logística integrada e ágil, flexibilidade de volumes agregando valor ao Centro de Tecnologia e Engenharia da Taurus. A Taurus JM obteve a liberação dos trâmites de Junta Comercial para iniciar as operações no parque industrial da Joalmi, em Guarulhos (SP) no início de setembro de 2021 e desde então vem produzindo e comercializando conjuntos de carregadores para a Taurus Armas. A Companhia concluiu no mês de setembro de 2023 a transferência de toda a produção da Taurus JM de Guarulhos (SP) para a cidade de São Leopoldo (RS) dentro do complexo industrial onde também fica localizado a Taurus Armas S.A. Vide maiores informações sobre essa *Joint Venture* na nota explicativa 15.

Joint Venture CBC Taurus Arábia Holding: Em 30 dezembro de 2021, após autorização do seu Conselho de Administração, a Companhia assinou um acordo para criação de uma *joint venture* com sua parte relacionada Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) para constituição de uma *Joint Venture* como parte das estratégias de internacionalização de suas atividades com o objetivo de fomentar oportunidades de negócios na Arábia Saudita. O objetivo principal dessa *Joint Venture* é possibilitar a busca e prospecção de forma mais eficiente de oportunidades de negócios nesse relevante mercado, especialmente considerando os planos do governo do país de estabelecer uma base industrial de defesa local, no âmbito da estratégia denominada “Visão 2030”. Suas principais atividades poderão incluir a gestão de subsidiária e *holdings*, fornecimento de empréstimos, garantias e financiamentos a empresas afiliadas e detenção de direitos de propriedade industrial. *A joint venture*, denominada Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holdings, teve seu capital social integralizado em 30 de agosto de 2022 e se encontra em operação. Vide maiores informações sobre essa *Joint Venture* na nota explicativa 15.

Joint Venture Jindal Defence Systems Private Limited: A Companhia firmou parceria com a empresa indiana Jindal Defence Trading Private Limited para a formação de uma *Joint Venture* chamada Jindal Defence Systems Private Limited. O memorando de entendimentos (MoU) foi assinado no dia 18 de fevereiro de 2019. A Jindal Defence Systems Private Limited vai atuar na área de defesa e segurança. O objetivo principal da empresa é desenvolver, fabricar e fornecer soluções de defesa de alta qualidade para as Forças Armadas Indianas e para clientes internacionais. A nova fábrica está em fase pré-operacional com o desenvolvimento de fornecedores regionais para o início das atividades produtivas. A nova fábrica dá andamento ao plano estratégico da Companhia de expandir seus negócios e presença globalmente, em especial na área de defesa e segurança. No dia 17 de março de 2023, a Taurus realizou a integralização de capital na Jindal Defence Systems Private Limited na proporção de 49% do capital social. Mais informações sobre essa *Joint Venture* na nota explicativa 15.

Contratação de linha de financiamento com o FINEP: Em março de 2023, a Companhia assinou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para financiamento de projetos relacionados à inovação e infraestrutura de pesquisa. O objetivo com esse financiamento é acelerar o desenvolvimento do plano estratégico, trazendo tecnologia de ponta para a planta industrial e acelerar o lançamento de novos produtos aumentando assim nossa participação no mercado. Vide maiores informações sobre essa negociação na nota explicativa 19.

Reestruturação Societária: A Companhia realizou, no último trimestre de 2023, uma operação de reestruturação societária com foco na melhoria da estrutura organizacional, melhorar a alocação de recursos, simplificar processos e reduzir custos. Foram realizadas movimentações societárias entre empresas do grupo como cisões parciais e a incorporação da Taurus Blindagens Nordeste Ltda., anteriormente classificada nas demonstrações financeiras como operação descontinuada, pela sua controladora direta Taurus Helms Indústria de Capacetes Ltda. As operações da reestruturação societárias foram aprovadas na AGE realizada no dia 29 de dezembro de 2023. Vide maiores informações sobre essa reestruturação na nota explicativa 15.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração: a) **Declaração de conformidade:** As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações, e estão identificadas como “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base, exceto quando requerido de forma distinta por outro pronunciamento contábil. As Demonstrações Financeiras Anuais, Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. b) **Declaração da Administração:** A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 21 de março de 2025.

2.2. Base de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até o exercício findo em 31 de dezembro e seus respectivos exercícios comparativos. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida;
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando a Companhia perde o controle de

Polimetal Metalúrgica e Plásticos Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%
T. Investments Co. Inc.	Panamá	100,00%	100,00%
AMTT Taurus Comercio Varejista Ltda.	Brasil	100,00%	100,00%

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas. (**) A Taurus Holdings, Inc. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc., Heritage Manufacturing, Inc. e Braztech International, L.C., Inc. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas;
- Saldos de receitas e despesas e fluxos de caixa decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e
- Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável do ativo.

2.3. Investimento em joint ventures: Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31/IFRS 5 “Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada”. De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da *joint venture*. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação da Companhia nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na *joint venture*), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da *joint venture*. Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. As exigências da IAS 36/CPC 11 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos” são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma *joint venture*. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá, é o Dólar Americano, e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional de cada empresa utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos.

3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas: Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 9 - Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa), 10 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 16 - Propriedades para Investimento (valor justo), 17 - Imobilizado (*impairment*), 18 - Intangível (*impairment*), 23 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis efetuados pela Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras.

Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa): As vendas para clientes finais são realizadas substancialmente por cartão de crédito, a Companhia tem a opção de antecipar sem risco de inadimplência, pois os contratos com a operadora possuem condição contratual de não regresso. As vendas que não se referem a clientes finais são efetuadas principalmente à parte relacionada CBC Brasil Comércio e Distribuição, subsidiária da controladora da Taurus, a Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC, e em virtude da natureza dessa operação, histórico, bem como a saúde financeira da parte relacionada, a administração não estima inadimplência nos saldos a receber decorrentes dessas vendas. A Administração considera que a provisão constituída é adequada para refletir as perdas de crédito estimadas com clientes na data das demonstrações financeiras.

Estoques (perdas estimadas de estoques): A Companhia avaliou os seus estoques a fim de identificar itens com baixo giro ou com outras características que indiquem que o custo dos mesmos não é mais recuperável. A Administração considera que a provisão constituída é adequada para refletir o valor realizável líquido de seus estoques na data das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social: A Companhia, através de estudos econômicos projetados com o auxílio de consultoria técnica especializada, realizados no mínimo anualmente, bem como demais análises internas e externas, demonstra a capacidade de geração de lucro tributável para realização do imposto de renda e contribuição social

balanço patrimonial - política contábil geral: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos. Adicionalmente, a Companhia não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos. (i) **Ativos financeiros não derivativos:** Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os ativos financeiros mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado; e aplicações financeiras e contas vinculadas, contas a receber de clientes, créditos com pessoas ligadas e outras contas a receber, classificados e mensurados ao custo amortizado. **Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e fornecedores, todos classificados e mensurados ao custo amortizado. **Baixa de passivo financeiro:** A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. Por política contábil, a Companhia adota a classificação dos juros pagos como atividade de financiamento, de forma consistente em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. (iii) **Redução ao valor recuperável (impairment):** A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) sobre os valores a receber de clientes e outras contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável, conforme descrito na nota explicativa 5.1. b) **Novas normas, interpretações e revisões de normas vigentes:** As principais novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2024 e adotadas pela Companhia são como segue: (i) **Alteração da norma IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de passivos como circulante ou não-circulante:** Esta alteração da norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante. (ii) **Passivo de arrendamento em uma venda e retroarrendamento (leaseback) (alterações à IFRS 16):** Esta alteração da norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. A alteração esclarece como um vendedor-arrendatário mensura subsequentemente as transações de venda e retroarrendamento (*leaseback*) que atendem aos requisitos da IFRS 15 para serem contabilizadas como uma venda. (iii) **Passivos não circulantes com covenants (alterações à IAS 1):** A alteração esclarece como as condições que uma entidade deve cumprir no prazo de doze meses após o período de relatório afetam a classificação de um passivo. Esta alteração da norma entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. (iv) **Alterações da norma IAS 7 (CPC 03(R2)) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 (CPC 40(R1)) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores:** As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 (CPC 03(R2)) afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 (CPC 40(R1)) foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. A Administração avaliou os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, e não identificou efeitos significativos oriundos da adoção delas. As principais novas normas ou alterações de normas e interpretações que são efetivas para o exercício iniciado após 1º de janeiro de 2025 e ainda não adotadas pela Companhia são como segue: (i) **IFRS S1 - Requisitos**

	34.031	28.198	28.221	23.159
Benefícios	11.096	12.429	9.625	11.076
FGTS	208.996	223.318	183.074	199.518
Governos				
Federais	167.081	203.341	153.035	182.375
Estaduais	47.789	69.662	30.556	56.096
Municipais	866	897	252	239
	215.736	273.900	183.843	238.710
Financiadores				
Juros	257.425	169.424	249.592	167.759
Aluguéis	4.649	4.879	3.960	4.267
	262.074	174.303	253.552	172.026
Remuneração de capitais próprios				
Lucros distribuídos	-	-	-	38.326
Lucros (prejuízos) retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial	76.592	152.790	76.592	114.464
	76.592	152.790	76.592	152.790
	763.398	824.311	697.061	763.044

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima: A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para divulgações financeiras relacionadas a sustentabilidade, com o objetivo de que a entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Já a IFRS S2 estabelece os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Ambas as normas serão efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo que, no primeiro período do relatório anual em que uma entidade as aplicar, a entidade tem permissão para divulgar informações apenas sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima (de acordo com IFRS S2). Em conformidade com a Resolução CVM 193/23, as companhias abertas no Brasil, podem adotar as referidas normas em caráter voluntário a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, sendo a adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

(ii) **Alterações à IAS 21/CPC 02 (R2) - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Convertibilidade:** As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda. A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada.

(iii) **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para:

- apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado
- apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras
- melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada.

(iv) **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam às Normas Contábeis IFRS. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. A nova norma é aplicável para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração está avaliando qual será a data de adoção dos pronunciamentos/alterações de pronunciamentos acima. A Companhia espera que, uma vez adotados, haverá um impacto nas divulgações das informações financeiras, o qual também está sendo avaliado pela Administração.

c) **Plano de pagamento baseado em ações: (i) Plano de Opções (Stock Options):** O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2021, é baseado no conceito de opção de compra de ações (*stock options*), o qual é concedido, pela Companhia ao(a)s diretor(es) estatutário(s), um direito (e não uma obrigação) de comprar ações de emissão da Companhia a preços (preço de exercício) e prazos pré-definidos (períodos de exercício). O Conselho de Administração, que será o responsável pela administração do Plano, respeitadas as condições do referido Plano, as diretrizes fixadas pela Assembleia Geral e as disposições de Lei, da regulação da CVM e do Estatuto Social, poderá criar Programas de Opção de Compra (“Programa”) por meio dos quais serão determinadas as condições específicas aplicáveis às opções que venham a ser outorgadas no âmbito do Plano. Estas condições incluem, especialmente, o preço de exercício, eventuais prazos de carência durante os quais as opções não poderão ser exercidas, prazos e períodos para exercício das opções, eventuais metas de performance globais da Companhia que deverão ser observadas como condição para o exercício das opções, entre outras. São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de opções a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. A participação do diretor estatutário em um programa de outorga não lhe garante sua participação em outorgas de opções posteriores. Nenhuma disposição do Plano, do Programa, do contrato de opção e/ou opção outorgada conferirá a qualquer participante o direito de permanecer em qualquer cargo da Companhia, ou outra sociedade sob o seu controle, conforme aplicável, nem interferirá, de qualquer modo, no direito de a Companhia, a qualquer tempo e sujeita às condições legais e contratuais, rescindir o contrato de trabalho do diretor estatutário ou de qualquer forma promover o seu desligamento. As informações referentes ao plano estão descritas na nota explicativa 27. No dia 18 de outubro de 2021, a Companhia aprovou em reunião do Conselho de Administração o Segundo Programa de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia (“2º Programa”) incluindo a eleição do beneficiário deste 2º Programa e a definição das condições da outorga. Foram observados os termos e as condições do Plano, aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2021. Em 28 de abril de 2023, a Companhia aprovou a proposta de substituição do Plano de *Stock Options* pelo Plano de *Stock Grant*, e as informações estão descritas no item (ii) abaixo.

(ii) **Plano de ações (Stock Grant):** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 28 de abril de 2023, a Companhia aprovou a proposta de substituição do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“*Stock Options*”) pelo novo Plano de Outorga de Ações (“*Stock Grant*”). O Conselho de Administração será o responsável pela administração

continua →

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.



LEIA O QR CODE

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER
UM ORÇAMENTO E CONHECER
MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342

E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.

CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

Relatório da Administração: A Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A (TSB), criada com o objetivo de integrar a rede de gasodutos entre o Brasil e a Argentina, visa proporcionar maior flexibilidade no fornecimento, especialmente para a região Sul do Brasil. No entanto, ainda enfrenta o desafio de concluir essa interligação. A conclusão do projeto depende da execução da Fase 2, que conectará o Trecho 1, em Uruguaiana (RS), ao Trecho 3, localizado no Polo Petroquímico de Triunfo (RS). Em 2024, a produção de gás de xisto em Vacca Muerta, na Argentina, nas províncias de Neuquén e Mendoza, teve um aumento substancial, o que torna viável uma oferta mais robusta de gás para o Brasil. Esse cenário tem motivado os principais players do mercado - como distribuidores, comercializadores e consumidores - a explorar alternativas para o fornecimento de gás, como o GNL e o GNC. Esse movimento impulsiona a expectativa de que o gás argentino chegue a Uruguaiana e, com a finalização da Fase 2 do Gasoduto Uruguaiana-Porto Alegre, a integração do mercado de gás no Cone Sul se torne uma realidade. Neste ano, a TSB realizou sua Oferta de Capacidade de Transporte no Trecho 3 para o período de 2025 a 2029, resultando na formalização de Contratos de Transporte Firme de Entrada e Saída para 2025 na capacidade máxima ofertada de 800 M m³/dia. Em 2024, foram transportados 189,4 MM m³ de gás no Trecho 3, um incremento em relação aos 159,9 MM m³ registrados em 2023. No Trecho 1, não houve transporte de gás neste ano, mas existe uma grande expectativa de que, dependendo das condições do mercado de energia, da capacidade de transporte na Argentina e do volume exportável de gás, o fornecimento de gás argentino seja concretizado, além de eventual volume, em caráter extraordinário, para atender demanda trazida pela necessidade de geração de energia elétrica complementar ao sistema integrado. O primeiro semestre de 2024 foi marcado pela maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul, com enchentes que afetaram centenas de cidades, devastando muitas vidas e atingindo milhões de pessoas, resultando em milhares de desabrigados e trazendo impactos econômicos incalculáveis. Essa emergência afetou diretamente a receita da companhia, uma vez que nos Contratos de Entrada e Saída firmados com a Sulgás, foi invocada a cláusula de Força Maior. Por outro lado, a TSB participou do enorme movimento de solidariedade e ajuda aos mais necessitados, na região de Canoas-RS, onde está situado o seu ponto de recebimento, junto à REFAP, com distribuição de colchões aos desabrigados, cestas básicas, cobertores e produtos de higiene. Durante este ano a Companhia realizou um conjunto de atividades de manutenção da integridade e melhorias operacionais, centrada principalmente nas ferramentas de gestão e governança, com destaque para gestão de documentos e planos de ação, gestão de riscos e política de segurança de TI, além de avançar na implementação das atividades relativas à LGPD. A TSB teve como lucro líquido do exercício R\$ 6.812 mil, dos quais já foram distribuídos como dividendos antecipados R\$ 4.448 mil. Os restantes R\$ 2.364 mil estão à disposição para proposição de dividendos adicionais. Para 2025, esperamos concretizar a implantação das ferramentas de gestão e compliance, avançar no programa de gestão de riscos, instrumentalizar os registros das atividades de O&M com ferramentas digitais em campo e, principalmente, concretizar os sistemas de medição nos pontos de recebimento e entrega do gasoduto. Porto Alegre, 31 de janeiro de 2025. **Diretoria da TSB.**

Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e Relatório dos Auditores Independentes (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma). As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Balanços Patrimoniais			
Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixas e equivalentes de caixa	4	9.099	9.226
Contas a receber de clientes	5	1.343	1.429
Impostos a recuperar	6	84	64
Outras contas a receber		114	108
Total do ativo circulante		10.640	10.827
Não circulante			
Imobilizado	7	7.598	8.730
Intangível	8	513	600
Total do ativo não circulante		8.111	9.330
Total do ativo		18.751	20.157

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Fluxo de caixa das ativ. operacionais	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	6.812	8.253	
Ajustes para reconciliação do resultado ao fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	1.232	1.213	
Custo do imobilizado baixado	-	4	
Resultado líquido do exercício ajustado	8.044	9.470	
Variação de ativos - (aumento)/redução			
Contas a receber	86	(75)	
Impostos a recuperar	(20)	(29)	
Outras contas a receber	(6)	22	
Var. de passivos - aumento/(redução)			
Fornecedores	65	(19)	
Obrigações com pessoal e provisões	76	(12)	
Impostos a recolher	(12)	(7)	
Outras contas a pagar	31	(7)	
Provisões a pagar	352	759	
Caixa gerado pelas ativ. operacionais	8.616	10.126	
Fluxo de caixa das ativ. de investim.			
Aum. ativo imobiliz., investim. e intangível	(13)	(126)	
Caixa utilizado nas ativ. de investim.	(13)	(126)	
Fluxo de caixa das ativ. de financim.			
Distribuição de dividendos	(8.730)	(7.853)	
Caixa gerado pelas ativ. de financim.	(8.730)	(7.853)	
Caixa Líq. Gerado (Aplic.) no Exercício	(127)	2.147	
Caixa e equiv. de caixa no início do período	9.226	7.079	
Caixa e equiv. de caixa no fim do período	9.099	9.226	
Caixa Líq. Gerado (Aplic.) no Exercício	(127)	2.147	

Demonstração do Resultado			
	Nota	2024	2023
Receita liq. serviços		15.324	16.212
(-) Custo dos serv. prest.	15	(4.105)	(4.109)
Lucro bruto		11.219	12.043
Receitas (desp.) operac.		(4.611)	(3.975)
(-) Desp. adm. e gerais	15	(3.903)	(3.294)
Outras rec./desp. operac.	16	(708)	(681)
Lucro antes do resultado financeiro		6.608	8.068
(+) Receitas financeiras	17	1.028	1.081
(-) Despesas financeiras	17	(9)	(9)
Lucro antes do IRPJ/CSLL		7.627	9.140
IR e contribuição social	18	(815)	(887)
Lucro líq. do exercício		6.812	8.253
Ações em circulação no final do exercício		80.500.000	80.500.000
Lucro Líq. por mil ações ordin.- básico e dil. - R\$		85	103

Demonstração do Resultado Abrangente			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	6.812	8.253	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	6.812	8.253	

Demonstração dos Valores Adicionados			
	2024	2023	
Receitas	15.324	16.212	
Vendas de serviços	15.904	16.826	
Deduções das receitas brutas	(580)	(614)	
Insumos adquiridos de terceiros	5.289	6.140	
Custo dos serviços vendidos	2.874	2.952	
Materiais, energia, serv. de terc. e outros	2.415	1.988	
Valor adicionado bruto (-1-2)	10.035	11.272	
Depreciação e amortização	1.232	1.213	
Valor adic. Liq. Prod. p/ entid. (3-4)	8.803	10.056	
Valor adic. Recebido transferência	1.031	1.155	
Receitas financ. e outras receitas	1.031	1.155	
Valor adic. Total a distribuir (5-6)	9.834	11.211	
Distribuição do valor adicionado	9.834	11.211	
Pessoal	1.805	1.653	
Remuneração direta	1.420	1.306	
Benefícios	265	235	
FGTS	113	102	
Outros	7	15	
Impostos, taxas e contribuições	1.208	1.296	
Federais	1.198	1.285	
Estaduais	2	3	
Municipais	8	8	
Remuneração de capital de terceiros	9	9	
Despesas financeiras	9	9	
Remuneração de capitais próprios	6.812	8.253	
Dividendos	4.448	3.971	
A disp. para proposta de divid. adicicion.	2.364	4.282	

Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de março de 1999, cuja atividade consiste na prestação de serviço de transporte de gás natural através de gasoduto, de sua propriedade, que foi concebida para transportar gás natural da Argentina, interligando a malha de gasodutos daquele país ao sistema brasileiro de gasodutos, iniciando na cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, até a cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A primeira fase do gasoduto (Fase 1) foi concluída em maio de 2000 e consistiu-se de dois trechos de 25 km em cada uma das duas extremidades do gasoduto. Na extremidade oeste, o trecho da TSB está conectado com o gasoduto da Transportadora de Gás do Mercosur S.A. - TGM e, na sua extremidade leste, com o gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A. - TBG. Estes investimentos de, aproximadamente, US\$ 30 milhões, foram efetuados com recursos próprios. A vida útil desses ativos foi originalmente estimada em 10 anos; entretanto, em 2006, a Administração realizou estudos reavaliando essa estimativa para 30 anos. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. assumiu o desafio de transportar o gás natural, construindo e administrando o Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre. O projeto prevê 615 km de dutos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 50 km já foram construídos na Fase 1. O desafio atual é viabilizar a segunda fase do gasoduto, Fase 2, que contempla a interligação do trecho entre Uruguaiana e o Polo Petroquímico de Triunfo. A conclusão do gasoduto da TSB proporcionará a interligação das jazidas do Brasil, da Argentina e da Bolívia, consolidando, assim, a integração do mercado de gás do Cone Sul. A Companhia manteve Contratos de Serviço de Transporte Firme de Entrada e de Saída com a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - Sulgás, no Trecho 3, transportando gás de Canoas até o Polo Petroquímico do Sul - Triunfo - RS, que findaram em 31/12/2024. Em dezembro de 2024 foi concluído o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade para o período 2025-2029 e foram firmados Contratos de Entrada e Saída da TSB com o carregador Sulgás para o ano 2025, no Trecho 3. Em 2024 não houve serviço de transporte contratado no Trecho 1, em Uruguaiana, para eventual suprimento à Termelétrica ali localizada, devido a que não houve condição economicamente favorável para que esta fosse chamada a operar, uma vez que é dependente da relação preço da energia no mercado spot no Brasil e do preço do gás importado da Argentina, além da capacidade de transporte na malha daquele país. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. mantém em condições de retomada imediata suas instalações no Trecho 1, para operar assim que for demandada, com Contrato Master e tarifa aprovados pela ANP também para esse Trecho, podendo ofertar acesso de capacidade para contratos anuais, assim como de curto prazo (diário, mensal e trimestral). A TSB prepara para o ano de 2025 a consolidação de seu sistema de medição nos Pontos de Entrada e Saída, com a instalação de Estação de Medição no City Gate de Uruguaiana, além da atualização do sistema de medição do Trecho 3. Também para 2025 estaremos concluindo implantação do nosso programa de gestão de risco e da otimização das atividades de O&M decorrente do gerenciamento dos documentos e execução de planos de ação de forma digitalizada. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2025 e será submetida à aprovação do Conselho de Administração.

2. Apresentação Das Demonstrações Financeiras: As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e normas contidas nas Resoluções NBC TG 1000 (R1)

serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. **3.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **3.10 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **3.11 Distribuição de Dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **3.12 Ativos e Passivos Contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas Demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3.13 Reconhecimento da Receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa:			
	2024	2023	
Caixas	1	1	
Bancos conta corrente	-	-	
Aplicações financeiras	9.098	9.225	
Total	9.099	9.226	

As aplicações financeiras estão representadas por fundos de investimentos, Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados por instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata.

5. Clientes:			
	2024	2023	
Cliente mercado interno	1.343	1.429	
Total	1.343	1.429	

7. Imobilizado: O Imobilizado está avaliado pelo valor original, depreciado pelas taxas fiscais e apresentado pelo valor residual.

	Gasoduto Fase 1	Equip. de Inform.	Móveis e Utensílios	Instalações	Veículos	Total
Taxas de Depreciação	1,81% a 2,09%	20%	10%	10%	20%	
Em 31/12/2022						
Custo	59.705	142	59	104	62	60.072
Depreciação acumulada	(50.015)	(123)	(58)	(80)	(62)	(50.338)
Valor líquido contábil	9.690	19	1	24	0	9.734
Adições	-	21	-	-	105	126
Baixas	-	-	-	-	(62)	(62)
Depreciação	(1.109)	(4)	-	(5)	(7)	(1.125)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	62	62
Saldo Final	8.581	31	1	19	98	8.730
Em 31/12/2023						
Custo Imobilizado	59.705	159	59	104	105	60.132
Depreciação acumulada	(51.124)	(128)	(58)	(85)	(7)	(51.402)
Valor líquido contábil	8.581	31	1	19	98	8.730
Adições	-	13	-	-	13	26
Depreciação	(1.110)	(9)	-	(5)	(21)	(1.145)
Saldo Final	7.471	35	1	14	77	7.598
Em 31/12/2024						
Custo	59.705	172	59	104	105	60.145
Depreciação acumulada	(52.234)	(137)	(58)	(90)	(28)	(52.547)
Valor líquido contábil	7.471	35	1	14	77	7.598

8. Intangível: O Intangível está avaliado pelo custo amortizado pela finalização ou pelo valor original amortizado pela utilização.

	Projeto de Engenharia	Software	Total
Taxas de Amortização	1,81% a 2,09%	20%	
Em 31/12/2022			
Custo	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(3.754)	(21)	(3.775)
Valor líquido contábil	687	-	687
Amortização	(87)	-	(87)
Saldo Final	600	-	600
Em 31/12/2023			
Custo Imobilizado	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(3.841)	(21)	(3.862)
Valor líquido contábil	600	-	600
Amortização	(87)	-	(87)
Saldo Final	513	-	513
Em 31/12/2024			
Custo	4.441	21	4.462
Amortização acumulada	(3.928)	(21)	(3.949)
Valor líquido contábil	513	-	513

9. Fornecedores: **9.1 Circulante:** Esta conta é composta por prestadores de serviços e seguros para a execução do objetivo fim da Companhia. **9.2 Não Circulante:** O valor de R\$ 332 refere-se ao acordo com a CONFAB Industrial S.A., fornecedora dos tubos por ocasião da construção da Fase I do Gasoduto e a TSB quanto ao valor do diferencial de alíquota de ICMS recolhido ao Estado do Rio Grande do Sul. A TSB recolheu a totalidade do referido diferencial e glosou das faturas da CONFAB, uma vez que o contrato de fornecimento ("Engineering, Procurement and Construction") previa que a totalidade dos impostos seria por conta do fornecedor dos tubos. No acordo, a TSB devolveu a metade da importância retida, ficando a outra metade para ser negociada quando ocorrer a construção da Fase II do Gasoduto. **10. Obrigações Sociais e Trabalhistas:** A composição de obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

	2024	2023
Circulante		
INSS	12	10
FGTS	36	30
Provisão de férias	128	115
Provisão para premiação	283	228
Total	459	383

11. Provisões a Pagar: A composição de obrigações fiscais a recolher é a seguinte:

Reservas de lucros				
Capital social	Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumul.	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	9.692	1.938	3.882	15.512
Dividendos pagos	-	-	(3.882)	(3.882)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.253
Destinações:				
Dividendos antecipados	-	-	-	(3.971)
A disposição para prop. de divid. adicionais	-	-	4.282	(4.282)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.692	1.938	4.282	15.912
Dividendos pagos	-	-	(4.282)	(4.282)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	6.812
Destinações:				
Dividendos antecipados	-	-	-	(4.448)
A disposição para prop. de divid. adicionais	-	-	2.364	(2.364)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	9.692	1.938	2.364	13.994 </



Há 75 anos, a LBV transforma vidas

Apoie essa causa: lbv.org

